

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

A MARCHA DOS OBJETOS: FOICES, MACHADOS, FUMOS, ROUPAS E ALIMENTOS ENTRE INDÍGENAS E CONQUISTADORES NO CEARÁ COLONIAL (SÉC. XVII)

David Rodrigues Stigger

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13302>

Submetido em: 2025-09-09

Postado em: 2025-09-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A MARCHA DOS OBJETOS: FOICES, MACHADOS, FUMOS, ROUPAS E ALIMENTOS ENTRE INDÍGENAS E CONQUISTADORES NO CEARÁ COLONIAL (SÉC. XVII)

David Rodrigues Stigger

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4458-0006>

davidstiggerr@gmail.com

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO:

O estudo em questão tem como objetivo principal a investigação da circulação de objetos entre as populações nativas da costa Leste-Oeste colonial e as forças conquistadoras europeias, sobretudo portuguesas, nas tentativas de conquista da região a partir do estudo de fontes documentais primárias, levando em consideração as ideias de Carlo Ginzburg sobre os documentos e as suas informações como paradigma para a pesquisa. Em cada uma dessas tentativas, podemos detectar elementos que enfatizam a importância dos objetos nas relações estabelecidas. Na bandeira do português Pero Coelho de Sousa, foices, machados e facas foram utilizados como objetos de troca entre as tropas do bandeirante e duas aldeias indígenas da região, conseguindo espaço para negociar o apoio delas em combate. Posteriormente, jesuítas também trocaram objetos com os nativos (fumo e roupas) para angariar alianças; em contrapartida, alguns grupos nativos ofereceram alimentos em troca da amizade dos padres. Por último, a expulsão dos franceses do Maranhão foi liderada por intermediários que mantinham relações de trocas de objetos com as populações nativas. Esses casos demonstram como os portugueses conseguiram articular uma diplomacia com as populações nativas a partir da circulação de objetos entre sujeitos da colonização e grupos indígenas.

Palavras-chave: Ceará colonial; Indígenas; Objetos; Diplomacia colonial.

THE MARCH OF OBJECTS: SICKLES, AXES, SMOKE, CLOTHING, AND FOOD AMONG INDIGENOUS PEOPLES AND CONQUERORS IN COLONIAL CEARÁ (17 TH CENTURY)

David Rodrigues Stigger

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4458-0006>

davidstiggerr@gmail.com

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

ABSTRACT:

The main objective of this study is to investigate the circulation of objects between the native populations of the colonial East-West coast and the European conquering forces, especially the Portuguese, in their attempts to conquer the region, based on the study of primary documentary sources, taking into account Carlo Ginzburg's ideas about documents and their information as a paradigm for research. In each of these attempts, we can detect elements that emphasize the importance of objects in the relationships established. In the bandeira of the Portuguese Pero Coelho de Sousa, sickles, axes, and knives were used as objects of exchange between the bandeirante troops and two indigenous villages in the region, gaining space to negotiate their support in combat. Later, Jesuits also exchanged objects with the natives (tobacco and clothing) to forge alliances; in return, some native groups offered food in exchange for the priests' friendship. Finally, the expulsion of the French from Maranhão was led by intermediaries who maintained relationships of exchange of objects with the native populations. These cases demonstrate how the Portuguese managed to articulate diplomacy with the native populations through the circulation of objects between subjects of colonization and indigenous groups.

Keywords: Colonial Ceará; Indigenous peoples; Objects; Colonial diplomacy.

I. INTRODUÇÃO: DINÂMICAS DE CONQUISTA E ALIANÇAS NA COSTA LESTE- OESTE

No século XVI, o território da costa atlântica da América do Sul, que hoje compreende o litoral da região nordeste do Brasil, foi marcado por intensas disputas pelo seu domínio político e espacial. Intensamente frequentada por corsários franceses e holandeses, além de densamente povoada por diversos grupos indígenas, essa região só teve seu domínio consolidado pela Coroa portuguesa na metade do mesmo século com a expulsão efetiva dos holandeses das Capitania de Pernambuco e do Ceará.

Do ponto de vista da colonização portuguesa, somente em 1583 os primeiros esforços sistematizados pelo governo-geral do Brasil foram enviados em direção à Paraíba por vias marítimas e terrestres para pôr fim às hostilidades dos indígenas Petiguaras. Por outro lado, esses grupos nativos foram intensamente auxiliados por naus francesas e já tinham se posto contra o avanço português alguns anos antes, nas expedições portuguesas de Fernão da Silva contra os Petiguaras da Paraíba em 1574 e a de Luís de Brito, em 1575, na mesma região.

Fundamentais em todas as tentativas de conquista dos franceses e portuguesas na região durante a passagem do século XVI para o XVII foram as alianças com os grupos nativos. Sobre os franceses, Holanda (1963) destaca que:

Ali, como em tantos lugares da América, aventureiros da Normandia e da Bretanha andavam em íntima promiscuidade com os grupos indígenas estabelecidos na marinha ou mesmo no sertão, afeiçoando-se aos usos e cerimônias gentílicas, valendo-se em tudo de seus préstimos, falando, mal ou bem, sua língua, esposando e principalmente explorando, em seu proveito próprio, sua animosidade contra os portugueses (...) E um viajante do século XVIII, Peter Kalm, nota com espanto que, enquanto os povos todos do mundo civilizado assimilavam então os usos dos franceses, estes, na América, adotavam sem hesitação os costumes dos selvagens. (HOLANDA, 1963, p.193)

Não foi por acaso que o conflito entre portugueses e Petiguaras só teve fim com o intermédio político de Jerônimo de Albuquerque, “mameluco pernambucano”, filho de uma índia Tobajara e falante da língua nativa. Ao assumir o controle do forte de Natal, Albuquerque foi ao encontro do principal Camarão dos Petiguaras para dormir na sua aldeia e firmar alianças através de batismos; além de convencer outro principal, Ilha Grande, a pedir paz com os principais (entendidos como líderes pelos portugueses) Zorobabé e Pau Sêco, aliados dos franceses (HOLANDA, 1963, p. 197).

Após os Petiguaras e portugueses firmarem uma trégua nos embates no litoral da Paraíba, as tentativas de conquista pela região da costa leste-oeste se estenderam até a

capitania do Ceará no início do século XVII. Os franceses, com suas naus expulsas da Paraíba, fizeram uma expedição à Serra da Ibiapaba em 1590 e desenvolveram um projeto de colonização para o norte do Brasil que começou a ser colocado em prática em 1612 com o desembarque do capitão Daniel de La Touche no Maranhão. Em ambos os casos, a aliança com os nativos foi condição incontornável.

II. POSICÃO METODOLÓGICA

O documentos utilizados raramente são escritos pelos próprios indígenas, o que exige uma postura atenta do pesquisador para seguir “pistas” sobre elementos culturais das alianças, buscando aquilo que Ginzburg (2007, p. 11) chamou de “elementos incontrolados”, ou seja, informações contra as intenções de quem os produziu.

As formas de fazer guerra, trocar “presentes”, de fazer “paz” (festas), de recrutar tropas amigas, entre outros modos de construir relações são pedras de toque para tensionar as informações nos documentos com o seu contexto de produção. Nesse sentido, procuramos pensá-las como artefatos de saber, verdadeiros paradigmas de interpretação, como aponta Riles (2006):

Em outras palavras, o documento tem um status especial nas ciências humanas como um artefato daquilo que Carlo Ginzburg descreveu como “um modelo epistemológico”, um paradigma de interpretação, prevaente em campos diversos, como a crítica de arte, romances policiais, na psicoanálise bem como na etnografia (...) (RILES, 2006, pp. 6-7)

Diante disso, a técnica de pesquisa adotada no estudo será a construção de um instrumento de pesquisa através de fichas de compilação de dados (FARGE, 2022, pp.65-66) aplicáveis a todos os documentos em análise e que pode ser aprimorada de acordo com o tipo de documento em questão- carta, parecer, relatório. Na sua primeira versão, a ficha constitui-se de algumas informações básicas: remetente; destinatário; tipo de documento; data; assunto; sujeitos citados; formas de troca de objetos; descrição de adversários e aliados; e observações.

A ficha de compilação pretende proporcionar à pesquisa uma visão ampla da situação dos sujeitos em questão e dos seus engajamentos em relações de alianças. A ficha busca proporcionar uma “versão ampliada” da *tensão entre contexto- informação* nos documentos (um efeito de campo), o que permite buscar entender outros contextos culturais em suas próprias temporalidades (LÉVI- STRAUSS, pp. 52-53) , sem a pretensão de dar legitimidade a uma única fonte ou mesmo arquivo. Cada comparação funcionará como uma nova visita ao campo, com implicações no próprio andamento e constituição da pesquisa.

III. INDÍGENAS E EUROPEUS NA REGIÃO DO CEARÁ COLONIAL

A região do Ceará colonial foi intensamente ocupada por diferentes populações indígenas no decorrer do tempo. Sobrinho (1955), divide os grupos que iniciaram a ocupação do território cearense em seis levas que se diferem entre si por agregarem cinco famílias linguísticas distintas: a Cariri; a Tarariú, a Tremembé, os Tupi e os Gê. Cada família representou uma leva migratória específica, apenas os Tupis, segundo o autor, migraram em duas levas de grupos em tempos diferentes.

De acordo com o autor, a ocupação indígena no Ceará se iniciou através de movimentos migratórios do sul do Ceará pela família linguística Tarairiu, que se fixaram em grande parte do nordeste, ocupando áreas dos atuais estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. O segundo movimento de migração foi impulsionado pelos Tremembés que migraram do sul da costa do continente para toda a costa cearense.

O terceiro movimento migratório foi representado pela família linguística que Sobrinho denomina como “Gê” vindos do atual estado do Maranhão em direção à região da Serra da Ibiapaba, instalando-se do noroeste e centro-norte do Ceará. A quarta migração foi feita pela família Cariri, vinda do extremo sul do Ceará e se instalando nos vales dos rios Riacho dos Porcos Cariús.

As duas últimas migrações foram feitas por famílias linguísticas Tupis. A primeira diz respeito aos Tabajaras que provavelmente migraram no sentido sudoeste (talvez de Pernambuco) para a serra da Ibiapaba. O segundo movimento foi feito pelos Potiguares que, assim como os Tremembés, migraram pela costa e se instalaram no leste da costa cearense.

Contribuindo para o estudo de Sobrinho, Studart (1965) divide as famílias linguísticas em: Tarairiu- Canindés, Paiacus, Panatis, Aperiús, Arariús, Camaçus, Janduins; Cariri- Ariús, Cariris (extremo-sul da Capitania), Cariús (Serra do Pereiro e terras entre os rios Cariús e Bastiões), Cariuanês, Caratiús, Coremas (Rio Piancó), Inhamus (sertão dos Inhamuns) e Isus (nascentes do Salgado); Jê (Gê para Sobrinho)- Aruás.

Tais dados nos permitem afirmar a diversidade de populações nativas que habitavam o Ceará na época das tentativas de conquista dos portugueses. Devemos supor também que há uma história antiga de contatos e deslocamentos entre essas populações, salientando que o que nos apresentam os documentos coloniais são um retrato de um momento específico na história desses povos.

O avanço das forças colonizadoras e suas alianças com as populações nativas reorganizaram fluxos de movimentação dessas populações pelos territórios. Muitas vezes, provocaram a diáspora de grupos nativos, reorganizando conjunturas entre essas próprias populações ou favorecendo a construção de alianças com outras frentes colonizadoras. Tais alianças e as hostilidades com os nativos proporcionaram as circunstâncias para as possibilidades de colonização da região logo no início da chegada dos europeus no continente.

Cerca de três meses antes da chegada de Pedro Álvares Cabral na América do Sul, o espanhol Vicente Yáñez Pizón aportou no litoral do atual Ceará, especificamente no Cabo do Mucuripe, nomeando-o de Cabo de Santa Maria de la Consolación, depois, percorreu a costa até a foz do rio Amazonas. Diferente do encontro amigável e de trocas de presentes dos portugueses com os nativos em 22 de abril de 1500, as tentativas de contato amigável de Pizón foram todas repelidas pelos nativos.

Segundo Borges (2010), há fortes indícios de que os nativos da região sejam os Tremembé, identificados como Tapuias pelas fontes portuguesas. A autora caracteriza esse episódio como um “mau encontro” em que os indígenas recusaram estabelecer alianças com os espanhóis, evadindo-se dos locais de chegada dos estrangeiros e recebendo-os com armas em punho nas ocasiões de encontros:

Os espanhóis ofereceram toda sorte de “regalos” para os nativos e estes recusaram tudo, mostrando sempre gestos preparados para o combate. De acordo com Pedro Mártir d'Anglería ([1511-1516] 1989, p.76) os indígenas “esperavam” os europeus “com olhar torvado e atitude ameaçadora”. Ou seja, estavam em posição de defesa, e ao contrário do que é visto comumente sobre muitos grupos indígenas americanos, não receberam os intrusos de forma amistosa. (BORGES, 2010, p. 126).

A crescente consolidação das forças portuguesas no sul do continente e suas alianças com as populações nativas provocou as primeiras diásporas e fluxos decorrentes das relações estabelecidas com essas populações. Como já ressaltamos, o avanço das forças portuguesas de colonização na Paraíba e Rio Grande impactaram profundamente a movimentação dos grupos Petiguaras (possivelmente também chamados de Potiguaras) na região, o que pode ter levado esses grupos a se instalarem mais ao norte da costa leste-oeste, ou seja, na capitania do Ceará.

Maia (2016) também nos proporciona outras possibilidades de migração das populações Tupinambá do interior instaladas na Serra da Ibiapaba. A partir de um debate teórico com Florestan Fernandes (1963), o autor propõe diferentes fluxos migratórios para esses grupos nativos, aludindo ao século XV, e não somente a fluxos após os contatos com

as forças de conquista portuguesas do século XVI, resultado de supostas “confederações” entre nativos e cisões (D’ABBEVILLE, 1817; FERNANDES, 1963):

Mas já é possível constatar no interior dessa região colonial, formas de migração que se deslocavam de leste a oeste (como demonstram os documentos coloniais), sul, sudoeste e vice-versa, antes e depois do efetivo contato com os portugueses, descendo e subindo toda a extensão do rio São Francisco [...] Os índios, agentes do processo histórico, fizeram uma leitura ou elaboração possível, construindo formas originais para fugir ao colonialismo nascente e violento nas capitanias da Bahia e Pernambuco. (MAIA, 2016, p.238)

Essa conjuntura de grupos Tupis na Serra da Ibiapaba no Ceará em meio aos Jê (frequentemente denominados genericamente de Tapuias) do centro do Ceará colonial foi também destacada por Leite (1943), ao ressaltar que os Tobajaras da Serra da Ibiapaba se encontravam isolados por relações de inimizade com diversos grupos Tapuias ao redor, tanto do lado do Ceará quanto do lado da capitania do Maranhão.

Nos deslocamentos já apresentados por Sobrinho (1955), ainda no estudo das migrações, nos dá um indício de como podemos definir um mapeamento histórico dessas populações na conjuntura da conquista da costa leste-oeste no fim do século XVI. Para ele, a família linguística dos Tremembés foi “empurrada” para o norte da costa cearense e a Tarairuí foi para oeste com a chegada dos Potiguares pela costa sul do Ceará. Já os Cariris foram “barrados” de adentrar os sertões cearenses pelos grupos Tarairiús. Por fim, os próprios Tarairiús foram provavelmente expulsos dos melhores locais da Ibiapaba pelos Tabajaras.

É importante atentarmos que a divisão por tronco linguístico elaborada pelo autor apresenta os Potiguares e os Tabajaras como os grupos tupis no Ceará colonial (grifados em amarelo), enquanto grande parte dos outros grupos não são apontados como Tupis. É difícil afirmar que os nomes apresentados no mapa ou nos documentos correspondem inequivocamente às populações nativas. No limite, podemos ilustrar grupos linguísticos e suas presenças no território ao longo do tempo, o que nos ajuda a pensar características sobre as construções das relações.

É a partir dessa conjuntura política das populações nativas na região do Ceará que o avanço das forças conquistadoras do Velho Mundo no século XVII foi desenvolvido, engendrando disputas locais com conjunturas mais amplas de conquistas do Novo Mundo. A primeira empreitada nessa região, após a passagem de Pizón, foi organizada pelos franceses ainda no fim do século XVI, em 1590.

Uma expedição, organizada pelo capitão Adolphe de Montbille, construiu um forte na Serra da Ibiapaba para possível exploração de pau-brasil, firmando aliança com os Tabajaras. Segundo Studart (1907), os principais indígenas Juripariguassu e Irapuau (chamados de Diabo Grande e Mel Redondo, respectivamente pelos portugueses), com “mulatos e creoulos” da Bahia auxiliaram posteriormente os franceses na resistência do forte contra as tropas do português Pero Coelho de Sousa.

A primeira tentativa de conquista da colonização portuguesa na capitania do Ceará se dá com a constituição de uma expedição privada chefiada pelo capitão-mor Pero Coelho de Sousa, com o objetivo de explorar todo o litoral até o rio Amazonas e expulsar os franceses da região da Ibiapaba. O trajeto feito pela bandeira de Coelho partiu da Filipeia, perto do rio Paraíba, dirigiu-se pela costa em direção a oeste, margeando a capitania do Ceará e a do Rio Grande, tendo como ponto extremo o rio Parnaíba.

A sua tropa contou com a presença de 65 soldados, incluindo um intérprete chamado Manuel de Miranda, indígenas Tabajaras e Potiguaras e um intérprete francês, denominado Tuimirim; ao todo, a tropa do capitão-mor somava 265 homens. Ao longo do seu trajeto, incorporou índios potiguaras na região do atual Rio Grande do Norte, Já nos entornos do rio Jaguaribe, conseguiu mais indígenas para sua expedição, através do intermédio de “presentes” (machados, facas e foices) e intermediários indígenas da tropa de Coelho.

No fim, a tropa do capitão-mor contava com mais de 5.000 indígenas rumo à Serra da Ibiapaba. Como já sinalizamos no trecho anterior, os franceses tinham fundado um forte na região e estavam com aliança firmada com os Tabajaras. Na Serra, o capitão-mor travou guerra com mais de 240 aldeias Tabajaras e com a feitoria francesa. Por fim, saiu vitorioso, ao firmar a paz com alguns principais locais, depois de aceitar libertar um chefe de guerra chamado Ubaúna e fazendo cerca de 200 prisioneiros indígenas e mais dez franceses (SALVADOR, 2010)

A aliança de Pero Coelho com os indígenas Potiguaras foram decisivas para a vitória contra os franceses na Serra da Ibiapaba, conseguindo grande contingente militar para a batalha na serra e auxílio dos índios Tabajaras do local após a sua vitória. Com isso, expulsou Montbille da região da Ibiapaba, obrigando-o a se refugiar no Maranhão. A derrocada do seu projeto de conquista de Coelho se dá com a escravização de alguns indígenas vencidos na batalha.

Ao ser desautorizado pelo Rei de comercializar os índios, Pero Coelho vai, aos poucos, perdendo apoio político dos para manter um povoamento na região (STUDART, 1907). Os suprimentos prometidos pelo governador-geral, Diogo Botelho, não chegam até Pero Coelho. Aos poucos, os indígenas vão abandonando-o com seus soldados portugueses; ao conseguir manter suas tropas, o capitão-mor desiste do seu intento e parte em marcha para a Paraíba.

Sem condições de manter as alianças com os franceses devido a trégua e ajuda fornecida a Pero Coelho na Serra da Ibiapaba, algumas tropas Tabajaras seguiram com o capitão português para a região do rio Jaguaribe. Entretanto, ao se ver obrigado a deixar seu empreendimento, os Tabajaras perdiam novamente uma aliança política de guerra na região. Com essa conjuntura, os indígenas que estavam na serra migraram para o Maranhão com receio de uma revanche dos portugueses.

A partir do relato do padre Figueira (1904), temos informações de que os Tabajaras sofreram diversas perdas no Maranhão causadas por guerras travadas contra os franceses e seus aliados, possivelmente os Tupinambás; contra os Tapuias da região e por doenças contagiosas. Nisso resultou a perda de 58 aldeias, restando apenas duas na Serra da Ibiapaba, uma sob a liderança do principal Diabo Grande.

Essa segunda tentativa de conquista portuguesa da região foi protagonizada pelos padres jesuítas Luiz Figueiras e Francisco Pinto com foco na catequização dos indígenas no caminho para o Maranhão, buscando, assim, o apoio dos nativos para expulsão dos franceses lá instalados. Diferente da expedição de Pero Coelho, os padres não levaram consigo nenhuma tropa portuguesa, somente 60 indígenas.

O principal motivo era a intenção de não entrar em conflitos com os indígenas e evitar com que fossem buscar relações de amizade com os franceses instalados no Maranhão, e que tanto faziam comércio com os indígenas da região. Figueira (1904) ressalta que em troca de madeiras preciosas, paus de tintas, algodão e fio e redes; os franceses lhes davam ferramentas, vestidos e os ensinaram a atirar com arcabuzes.

Muitos indígenas da Ibiapaba escravizados por Pero Coelho e postos em liberdade pelo Rei acompanharam os padres e os ajudaram a manter contatos com outros grupos que fugiram das tropas de Coelho. Assim, conseguiram agregar seus antigos conterrâneos à expedição dos padres. Na Serra da Ibiapaba, os padres foram sempre recebidos com festas e presentes, indicando tentativas de construir boas relações por parte dos Tabajaras, como nos

indica Figueira nesse exemplo: [...] todos os principais e alguas molheres cõ seos presentes, e elles todos co suas bozinas, gaitas e cascaveis, que são seus instrumentos musicos com tanta festa e alegria que eu fiquei pasmado, e o padre com ser antigo sertanista me disse q' nunca vira entre gentios cousa semelhante [...] (FIGUEIRA, 1608, p. 109)

O empreendimento dos padres acabou de forma trágica para o padre Francisco Pinto, pois após tentar organizar pazes com os “tapuias Cararijus”, localizados a oeste da Serra da Ibiapaba, foi morto a partir de uma expedição feita pelos tapuias em direção à serra. Fontes indicam que os franceses no Maranhão podem ter induzido os Cararijus a cometerem tal ato, indicando que havia uma circulação de informações e alianças entre grupos não considerados Tupis pela documentação portuguesa (POMPA, 1999).

Após o ataque, o padre Figueiras conseguiu fugir com a ajuda de Tobajaras rumo à Natal. Já os indígenas, ficaram, novamente, entre inimigos. O tempo entre a guerra dos portugueses e seus aliados indígenas do Ceará com os franceses e os Tupinambás no Maranhão, vai ser marcado pela consolidação de alianças entre os Potiguaras no litoral leste do Ceará com as forças portuguesas, simbolizadas pelo soldado Martim Soares Moreno.

Os Potiguar do litoral cearense constroem forte relação com Martim Soares Moreno, um de seus chefes, chamado de Jacaúna, chega até a chamá-lo de filho. Os indígenas o ensinaram a língua nativa e as formas de fazer guerra, permitindo que ele participasse de seus conflitos com outros grupos e europeus. Moreno adota até mesmo o estilo de guerra dos nativos “ao despir-se, ao utilizar-se de arco e flecha, ao raspar a barba, ao pintar-se como os demais índios aliados” (PEDROSA; XAVIER, 2020, p. 285).

Os indígenas no Ceará aparecem novamente nos relatos portugueses na “Jornada do Maranhão”, de Diogo de Campos Moreno. Ainda com intenção de expulsar os franceses do Maranhão, dessa vez com uma colônia em desenvolvimento (França Equinocial), as tropas portuguesas do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, louvado pelas autoridades portuguesas pelo seu bom relacionamento com os nativos, pedem apoio de “índios flecheiros” da Ibiapaba e enviam Martim Soares Moreno para conseguir as pazes com os Tremembés no litoral oeste do Ceará.

As comunicações entre os indígenas e os portugueses também aparecem vinculadas a presentes e intermediários (MORENO, 2011, p.34), falantes das línguas nativas. Ao chegar no presídio Nossa Senhora do Amparo, o autor escreve que as tropas de Albuquerque: “Proveu esta gente de vestidos, armas e munições, e vestiram as aldeias dos índios para a

confirmação da boa amizade, e deram-se aos principais ferramentas e casacas das que de Portugal para este efeito mandou S. Majestade.” (MORENO, 2011, p.48).

Em 1615, após as alianças formadas com Tremembés, Tabajaras e Potiguaras os portugueses expulsaram os franceses do Maranhão, aliados dos Tupinambás. Ainda com a ajuda dos grupos Tupis (como eram denominados pelos portugueses) eles mantiveram fortes militares na ativa na região do Ceará, como o Forte de São Sebastião e o Fortim de Nossa Senhora do Rosário. Após 1615, somente os holandeses tentaram se fixar sistematicamente na região a partir de duas invasões.

Interrompidas pelos portugueses as fortes relações entre os franceses e os indígenas do Maranhão e da Serra da Ibiapaba, a região do Ceará colonial parecia, enfim, livre para o desenvolvimento do domínio da colonização portuguesa. De fato, uma tentativa de se estabelecer na região foi encabeçada por Martim Soares Moreno, que se tornou o primeiro capitão-mor do Ceará. As suas boas relações com os indígenas conseguiram manter o forte São Sebastião até meados de 1631, quando o capitão foi em socorro dos lusitanos na luta contra as invasões holandeses em Pernambuco. Depois disso, a administração portuguesa do forte pouco investiu nas relações com os nativos da região.

Assim como com os franceses, os indígenas mantinham relações e contatos com os holandeses de longa data na região. Em 1600, o aventureiro Jan Bautista Syens ancorou no Mucuripe (região costeira do Ceará, a leste da capital do estado) a procura de esmeraldas, deixando o local em 15 de dezembro do mesmo ano apenas com madeira corante. Durante a sua jornada, os indígenas fizeram contato com Syens no próprio Mucuripe e também no interior da região, próximo da região serrana do Ceará, onde se encontravam numa grande aldeia com mais de cinco mil índios.

A relação de entre os nativos e os holandeses de vindos com Syens foi marcada por atos de trocas de presentes e de hospitalidade por parte dos indígenas. No sua chegada ao Mucuripe, Syens conta que:

Nous y trouvèmes une foule de sauvages. J'en ramenai six à bord ou je leur fis a chacun un cadeau, après quoi ils s'en retournèrent très contents à terre. [...] J'emmenai 19 des gens du chef à bord, et, leur ayant donne quelque cadeau, je les reconduire à terre. Ils avaient apporté à notre bord des volailles et du fil de coton. (SYENS, 1912, p. 3)¹

¹ Em tradução nossa: “Encontramos um grupo de selvagens. Trouxe seis deles para bordo, onde dei um presente a cada um, e eles voltaram muito felizes para terra firme. [...] Levei 19 pessoas do chefe a bordo e, depois de dar-lhes alguns presentes, levei-os de volta à costa. Eles haviam trazido aves e fios de algodão a bordo.”

Ao construir uma residência no interior da região para explorar possíveis minas de esmeraldas, Syens relata sobre os atos de amizade dos nativos que eles e seus marujos receberam:

Il nous donnèrent plusieurs marques d'amitié. La maison s'écoula sous le poids de la masse d'hommes qui étaient montés dessus pour nous voir nous autres Chrétiens. Ils nous donnèrent à chacun une femme, en signe d'amitié. (SYENS, 1912, p. 4)²

O próximo contado dos holandeses com os nativos do Ceará ocorre em 1610, após os embates entre Tabajaras e as tropas de Pero Coelho. Dessa vez, é o mercador Hendryck Hendrykssen Cop e o capitão Claes Adriaenssen Cluyt de Ackersloot que aportaram também no Mucuripe, indo em direção ao Camocim, extremo oeste do atual estado do Ceará. Em outro contexto de alianças e guerras, é provável que essa segunda expedição tenha encontrado os grupos chamados de Tabajaras (da Serra da Ibiapaba), Potiguaras (vindos com as tropas de Pero Coelho) e Tremembés (presentes na costa leste do Ceará colonial).

Não temos muitas informações sobre as relações estabelecidas com essas populações pelos holandeses nessa segunda expedição, já que os autores mantiveram seu foco na descrição física da viagem. Entretanto, algumas informações atestam o cenário pós-guerra, como a descrição de “Cabo Blanco”, arredores de região de Camocim:

La Cabo Blanco lune d'est et d'ouest y amène la haute mer. Cet endroit était inhabité. Les sauvages avaient été chassés par les Portugais, ou bien ils étaient partis de peur, et ils se trouvaient sur la rivière de Campecyp à 6 bonnes lieues de Cabo Blanco. (Ackersloot ; Cop, 1907, p. 161)³

É possível confirmar ainda a presença francesa na região, mesmo com a expulsão de Montbille pelas tropas de Pero Coelho. Já no atual rio Camucim, os autores relataram que:

La plupart des sauvages de cet endroit se sont rendus à bord des deux chaloupes hollandaise et française pour être transportés, à Maranhon, de peur des Portugais, mais, à une bonne distance en emont de la rivière, au pied de la montagne, demeurent encore des indigènes. (Ackersloot ; Cop, 1907, p. 163)⁴

² Em tradução nossa: “Eles nos deram vários presentes de amizade. A casa afundou sob o peso da massa de homens que havia subido para nos ver como cristãos. Eles deram a cada um de nós uma mulher como sinal de amizade.”

³ Em tradução nossa: “A lua de Cabo Blanco a leste e a oeste traz o alto-mar. Esse lugar era desabitado. Os selvagens haviam sido expulsos pelos portugueses, ou então haviam partido por medo, e se encontraram no rio Campecyp [possivelmente o rio Camocim], a 6 boas léguas do Cabo Blanco.”. Nota entre colchetes adicionada na tradução.

⁴ Em tradução nossa: “A maioria dos selvagens desse lugar embarcou em dos dois barcos holandeses e franceses para serem transportados, para Maranhon [Maranhão], por medo dos portugueses, mas, a uma boa distância rio acima, no sopé da montanha, os nativos ainda permanecem.”. Nota entre colchete adicionada na tradução.

Como é possível constatar, os franceses não desistiram das suas alianças com os Tobajaras da Serra da Ibiapaba, auxiliando parte dos seus aliados a fugirem para o Maranhão, com a ajuda, de acordo com o relato acima, de um barco holandês também. A posterior história das relações dos holandeses com os indígenas do Ceará colonial se deu através de duas tentativas de colonização da região, uma em 1637-1644 e outra em 1649-1654, no contexto das invasões holandesas às capitanias do nordeste da América portuguesa.

Situado no projeto de expansão dos domínios holandeses a partir das expansões marítimas, as tentativas de colonização do Ceará, tal qual a de Olinda, em Pernambuco (1630), são financiadas pela Companhia de Comércio das Índias Ocidentais, companhia que tinha o objetivo de explorar as terras do continente americano e africano recém “descobertas” por portugueses, franceses e espanhóis. Aglutinou-se a isso, o declínio dos lucros obtidos com a invasão de Olinda, intensificado pelas acirradas batalhas com a resistência portuguesa e indígena.

Os motivos das conquistas rumo ao Ceará eram fortemente embricadas com fatores econômicos, como a procura por salinas (marca econômica da primeira ocupação) e por minerais preciosos, especialmente a prata (marca econômica da segunda ocupação). Além disso, a importância geopolítica da região do Ceará como porta de entrada (fronteira) para o Maranhão também se tornou elemento de cobiça para os holandeses. (KROMMEN, 1997)

A história dessas ocupações aparece permeada por contatos e construção de relações com os nativos. Prova disso é que antes mesmo das tropas estarem em marcha para a primeira expedição de guerra no Ceará, comandada pelo capitão Joris Garstman, em 1637, alguns índios (provavelmente de grupos conhecidos como Potiguaras) da Baía da Traição, no atual estado da Paraíba, já tinham ido para a Holanda em 1625, com o fim de aprenderem o idioma e o protestantismo.

O geógrafo Johannes de Laet (1581-1649), escreve na sua obra “Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentais” que o general Boudewyn Hendricksz, encarregado de ir socorrer as tropas holandesas na conquista fracassada da Bahia (1625) se deparou com a ajuda de indígenas da região da Baía da Traição, mas tiveram que retornar diante da não autorização para entrar em conflito com as tropas portuguesas. Sobre a reação dos indígenas, Laet nos conta que:

Os indígenas, sabendo que os nossos estavam deliberadamente a partir, ficaram também muito perplexos, pois previam qual a sorte que os aguardava, por ser certíssimo que os portugueses os haviam de castigar e tomar emenda deles; muitos trabalharam com os nossos que os

levassem, mas, como não havia para isto bastante provisões, somente poucos foram aceitos, e força foi que a mór parte delles se lançassem a monte. (LAET, 1916, p. 97)

Dois filhos de um desses indígenas, os conhecidos Antônio Paraupaba e Pedro Poty, foram de suma importância para a construção de alianças dos Holandeses com diversos grupos indígenas do nordeste colonial, posteriormente perseguidos pelos portugueses na chamada Guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 2002) após a expulsão dos holandeses do Brasil. No Ceará, Antônio Paraupaba foi intérprete na aliança com os temíveis Janduíns (grupos classificados como Tapuias) por volta do ano de 1633, aliados fiéis dos batavos nas guerras em Pernambuco (MAIOR, 1912).

Antes da primeira expedição holandesa de guerra contra o forte português São Sebastião no Ceará, os indígenas da região enviaram mensagens a Maurício de Nassau, então governador-geral do Brasil holandês em Pernambuco, oferecendo apoio contra os lusitanos instalados na fortificação:

Neste comenos, os índios moradores do Ceará pediram paz e ofereceram o seu auxílio contra os portugueses, rogando ao Conde que sujeitasse ao seu poder o forte dali, ocupado pelos lusitanos, protegendo-lhes a gente contra as injurias e a dominação deles. Diziam que se conseguiria a empresa com pequena fôrça, compensado-se as despesas da guerra com as veniagas- âmbar, algodão, cristal, pedrarias, madeiras, salinas e outras produções da região. (BARLEUS, 1904, p. 68)

E assim logrou a expulsão dos portugueses do forte em 1637, comandada por Joris Gartsman e Gedeon Morris. Gedeon Morris, ex-prisioneiro português no Maranhão, construiu boas relações com os indígenas no Ceará, conhecendo, inclusive, a língua nativa deles. Como reconhecimento, foi nomeado comandante das tropas indígenas no Ceará e, posteriormente, chefe das expedições de conquista no Maranhão (ocupado pelos portugueses), tendo poderes para colocar os índios que lá encontrasse em liberdade.

O fim da primeira ocupação holandesa ocorreu contrariamente ao seu começo: com a ruptura das relações com os nativos. O projeto dos holandeses de conquista também do Maranhão, deslocou Morris para essa região, abandonando longamente os índios que eram seus aliados no Ceará. O resultado se deu por meio de uma revolta dos índios que destruíram os barcos dos capitães, incluindo o de Gedeon Morris na volta para o Ceará.

Em 1649, a segunda tentativa dos holandeses parte em direção a enseada do Mucuripe, contando com 41 índios, incluindo Gaspar Paraupaba, provenientes do Recife e Rio Grande numa de suas embarcações. Mathias Beck, comandante da segunda expedição, sabia da importância de estabelecer boas comunicações com os nativos, por isso trouxe

consigo também o intérprete Daniel Maert e o sacerdote Kempins, que também dominava a língua nativa, tornando-se, posteriormente, muito querido pelos índios (BECK, 1903).

Logo que chegou em terra Beck utilizou seus intérpretes para fazer contato com os nativos. Os principais que conseguiu estabelecer contato no início do seu desembarque foram Francisco Aragiba e Amaniju-pitanga. Sobre as estratégias do primeiro contato com os nativos no Mucuripe Beck relata em seu diário que:

[...] resolvemos mandar à terra, para predispor os naturaes a nosso favor, alguns dos índios que vieram conosco são d'aqui, a saber o capitão Francisco Cayaba, a quem dei uma carta de perdão, que me foi entregue pelos Nobres e Poderosos Senhores, para apresental-a aos seus amigos [...] para testemunhar as boas vindas aos seus amigos, dei-lhes 4 lbs. de biscouto branco e 4 pucaros de vinho [...] (BECK, 1903, p.342)

Além de alimentos e bebidas, Beck também enviou ferramentas para as plantações dos índios locais. Em contrapartida, os principais também ofereceram presentes:

Folgaram igualmente muito por lhes constar que traziamos alguma ferramenta e alguns ferreiros dos quaes esperavam ser ajudados na conservação e aumento das suas roças e plantações, das quaes me offereceram para refresco algumas melancias; queixaram-se de que, por falta de ferramentas, não haviam podido augmentar, como deviam, as suas plantações, comtudo tinham-nas em quantidade sufficiente para suprir as suas necessidades de farinha [...]. (BECK, 1903, p. 346-347)

As relações entre indígenas e holandeses parece ter se mantido estável, o que permitiu explorações e procura por prata no interior da capitania com ajuda dos nativos. A decadência da aliança dos batavos tem motivo na derrocada da ocupação holandesa em Pernambuco (MELLO, 2009). Em 1654, o Ceará holandês encontrava-se com falta de mantimentos devido as batalhas com os portugueses em Pernambuco.

Na medida em que os batavos se rendiam na guerra, os seus aliados indígenas procuraram se refugiar no Ceará, incitando os do Ceará a romperem suas relações com o forte Schoonenborch (forte São Sebastião rebatizado com esse nome por Mathias Beck):

Os Brasilianos que haviam fugido e se retirado de Pernambuco, mais de quatro mil almas que vinham de Tamarica, Parahiba e Rio Grande, por terra, refugiar-se no Siara, disseram abertamente que todo o Brasil acabava de ser vergonhosamente perdido e entregue aos Portugueses [...] Estavam êles tão exasperados que enviaram mensageiros aos Brasilianos do Siara com ordem de massacrar os Alemães no Siara e em tôda parte onde pudessem encontrá-los [...] (BECK *apud* Krommen, 1997, p. 101)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como os relatos das relações dessas populações da costa leste-oeste com outras forças conquistadoras europeias, o final da ocupação holandesa no Ceará colonial coincide com o fim das boas relações deles com os indígenas. Após isso, os portugueses consolidaram seu domínio na região com o etnocídio de populações nativas contrárias a colonização, sobretudo as Tapuias (PUNTONI, 2002), seguidos pelo regime sesmarial de apropriação de terras e instalação da pecuária (PORTO-ALEGRE, 1994), enquanto expandiam o processo de catequização por meio dos aldeamentos (NEVES, 1978).

Por outro lado, os nativos continuaram a desenvolver novos modos de socialização baseados nas suas culturas, transformando as aldeias no Ceará em espaços indígenas (MAIA, 2010), apropriando-se do regime legal das sesmarias para reivindicarem direitos (RIBEIRO, 2025), ao passo que encontraram também no regime de extermínio formas de resistência e utilização das guerras e da burocracia em proveito próprio (GALINDO, 2001; POMPA, 2003).

Os documentos produzidos pelas diferentes forças conquistadoras no Ceará colonial parecem demonstrar que a construção de relações de alianças com as populações nativas era fruto de uma série de protocolos de etiqueta baseados na circulação de objetos, pessoas, informações e eventos próprios entre indígenas e não indígenas. Comparativamente, a documentação sobre a experiência holandesa proporciona indícios de um mesmo conjunto de relações praticadas pelos indígenas com outros estrangeiros do Velho Mundo no Ceará colonial.

Entretanto, algumas perguntas estão ainda sem respostas sobre isso, como por exemplo: quais as formas que os holandeses construíram para manter as boas relações com essas populações?; como isso se refletiu juridicamente, especialmente no Ceará colonial?; seria possível localizar alguns desses grupos historicamente a partir das relações e informações contidas na documentação?; faz sentido pensar num sistema regional de alianças desenvolvido durante o período colonial no Ceará? Essas e outras perguntas podem servir como ponto de partida para entender melhor elementos das alianças nativas desse período. O que pode servir também para superar paradigmas utilitaristas na pesquisa histórica sobre o período.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial. *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2002. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/673>. Acesso em: 20 agosto de 2025.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc.* Brasília, DF; Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação, 1940.

BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau etc.* Brasília, DF; Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação, 1940.

BARO, Roulaux; Moreau, Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BARROS, Paulo Sérgio. *Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BECK, Mathias. *Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649*. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 327-405, 1903.

BECK, Mathias. *Diário da expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649*. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 327-405, 1903.

Bel, Martijn van den; Françoço, Mariana. *The Tapuia of northeastern Brazil in Dutch sources (1628-1648)*. Leiden/Boston: Brill, 2023.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Jóina Freitas. *Os Senhores das Dunas e os Adventícios D'Além-Mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na Costa Leste-Oeste (séculos XVI e XVII)*. 2010. 361 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARVALHO, Maria Rosário G. de; DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L. “Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico”. In: CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

COP, Hendryck Hendryckssen; D'ACKERSLOOT, Claes Adriaenssen Cluyt. *Description de la côte septentrionale du Brésil d'après le journal de bord du trafiquant Hendryck Hendryckssen Cop et du capitaine Claes Adriaenssen Cluyt, d'Ackersloot*. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, [s.l.], v. 29, p. 161-170, 1907.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

CURT NIMUENDAJU. Museu Nacional. *Mapa Etno- Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*. [Belém], 1944, 1 mapa. Escala: 1:2.500.00. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mapa%20Nimuendaju%202017%20vers%C3%A3o%20Jorge%2004092017.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

D'ABBEVILLE, Claudio. História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinhas. São Luiz: Typ. Do Frias, 1817. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221724>>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

DICKASON, Olive Patricia. The Brazilian connection: a look at the origin of French techniques for trading with Amerindians. *Revue française d'histoire d'outre-mer*, Paris, v. 71, n. 264-265, p. 129-146, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/outre_03009513_1984_num_71_264_2435. Acesso em: 20 agosto de 2025.

FARAGE, Nádia. As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: EDUSP, 2022.

FARIAS, Airton de. “Parte II- Colônia”. In: FARIAS, Airton de. História do Ceará. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERNANDES, Florestan. “A distribuição espacial dos Tupinambás”. In: FERNANDES, Florestan. Organização social dos Tupinambá. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

FIGUEIRA, Pe. Luiz. Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Claudio Aquaviva. Revista trimestral do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XVII, ano XVII, p. 97-138, 1904.

FILHO, Carlos Studart. Os aborígenes do Ceará. Ceará: Instituto do Ceará, 1965.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 2009. 296 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009.

GALINDO, Marcos; HULSMAN, Lodewijk. *Guia de Fontes para a história do Brasil Holandês*. Brasília: Ministério da Cultura, 2001.

GALINDO, Marcos. “Capítulo 3: Governo nativo”. In: GALINDO, Marcos. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuias (1651-1798)*. São Paulo, Hucitec, 2017.

GARCIA, Elisa Frühauf. Quando os índios escolhem os seus aliados: as relações de “amizade” entre os minuanos e os lusitanos no sul da América portuguesa (c.1750-1800). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p. 613-632, jul./dez. 2008 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/5WKqPDMHGF7grhzdRqKztPH/> . Acesso em 20 de agosto de 2025.

GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOW, Peter. 2014. Lévi-Strauss’s ‘double twist’ and controlled comparison: transformational relations between neighboring societies. *Anthropology of this Century*. Disponível em: <http://aotcpress.com/articles/lvistrausss-double-twist-controlled-comparison-transformational-relations-neighbouring/>. Acesso em 20 de agosto de 2025.

GRUZINSKI, Serge. “Capítulo I: Ventos do leste, ventos do oeste”. In: GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EDUSP, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A conquista da costa leste- oeste”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I: a época colonial. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. *Revista de História*, São Paulo, n. 154, p. 37-69, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19022>. Acesso em: 20 agosto de 2025.

KROMMEN, Rita. Mathias Beck e a Cia. Das Índias Ocidentais (o domínio holandês no Ceará Colonial). Ceará: Casa José de Alencar Programa Editorial, 1997.

LAET, Joannes de. *História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1623*. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. Recife, PE: Tipografia do Jornal do Recife, 1874.

LAET, Joannes de. *História ou anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do ano de 1623*. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. Recife, PE: Tipografia do Jornal do Recife, 1916.

LEITE, Serafim. Livro primeiro: Ceará. In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*; Tomo III: Norte- 1) Fundações e entradas, Séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/ Livraria Portugália, 1943.

LÉVI- STRAUSS, Claude. “Etnologia e História”. In: LÉVI- STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MAIA, Légio José de Oliveira. Serras de Ibiapaba: de aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MAIOR, Pedro Souto. A missão de Antonio Paraupaba ante o Governo Hollandez. *Revista trimestral do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, t. XXVI, ano XXVI, p. 72-82, 1912.

MARTINS, Guilherme Saraiva. A revolta indígena de 1643-44 no Ceará: alianças e conflitos no Brasil Holandês. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, Fortaleza, 2009.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva- forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”.In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). O Brasil holandês. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

METCALF, Alida. Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil: 1500-1600. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. 2001. 233 f. Tese (Livre-Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão por ordem de sua majestade feita o ano de 1614. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

NEVES, Luís Felipe Baeta. O combate dos soldados de cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1978.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 7-31, set./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000300001>. Acesso em 20 de agosto de 2025.

PEDROSA, Gilberto Guerra; XAVIER, Lucia Werneck. O Ceará no início da ocupação holandesa. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ANNO. 129, p. 277-291, 2020. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/2020-2/>. Acesso em: 20 agosto de 2025.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Festa e guerra: movimentos coletivos dos povos nativos da América. São Paulo: Elefante, 2025.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *O mito do bom francês: imagens positivas das relações entre colonizadores franceses e povos ameríndios no Brasil e no Canadá*. Estudos Avançados. Coleção Documentos. Série Estudos Brasil/França, n. 3, p. 14-23, jul. 1996.

POMPA, Cristina. Leituras e traduções: O Padre Francisco Pinto na Serra de Ibiapaba. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 1, p. 139–167, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/14515>. Acesso em: 22 ago. 2025.

POMPA, Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. São Paulo: EDUSC, 2003.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. “Fontes inéditas para a história indígena no Ceará. In: DANTAS, Beatriz Góis; ALEGRE, Maria Sylvia Porto; DANTAS, Marlene da Silva (orgs.). Documentos para a História Indígena no Nordeste. São Paulo: NHII- USP/ Fapesp, 1994.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650- 1720). São Paulo: Hucitec, 2002.

RENATO, Sztutman. “Os Tupi Antigos reencontrados”; “Esboços do político”. In: RENATO, Sztutman. O Profeta e o Principal: a ação política ameríndia e seus personagens. São Paulo: EDUSP, Fapesp, 2012.

RIBEIRO, João Victor Diniz. Entre a terra e a conquista: petições e sesmarias indígenas na capitania do Siará Grande (1706-1738). 2025. 190 f. : Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito. Fortaleza, 2025.

RILES, Annelise (org.). Introduction: In Response. In: Documents: artifacts of modern knowledge. United States Of America: University of Michigan Press, 2006.

ROSA, Maria Carlota. *Revisitando a “Convenção” e “A grafia de nomes tribais brasileiros”*. Confluência, Rio de Janeiro, n. 59, p. 25–46, jul./dez. 2020. Linceu Literário Português.

SALVADOR, Frei Vicente do. “Cap. XXXVIII – Da entrada que fez Pero Coelho de Sousa da Paraíba com licença do governador à serra de Boapaba”. In: SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575110/000970367_Historia_Brasil.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2025.

SHALINS, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SOBRINHO, TH. Pompeu. “Povoamento do Nordeste e especialmente do CEARA”. In: SOBRINHO, TH. Pompeu. *Pré-História Cearense*. Ceará: Editora “Instituto do Ceará”, Limitada, 1955.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

STUDART, Barão de (1907). “Martim Soares Moreno O fundador do Ceará”. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. XVII, pp. 177-228. Disponível em <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1903/1903-MartinSoaresMorenoFundadordoCeara.pdf>. Acessado em 9 de dezembro de 2020.

SYENS, Jan Bautista. *Journal de Jan Bautista Syens*. Ceará: *Revista do Instituto do Ceará – ANNO XXVI*, 1912. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/1912-2>>. Acessado em 25 de julho de 2025.

Viveiros de Castro, Eduardo, 1993. “Histórias Ameríndias (resenha de *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha, org.)”, *Novos Estudos Cebrap*, 36, pp. 22-33.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Declaro que todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR:

David Rodrigues Stigger- é o autor do texto. Foi responsável por: conceitualização; metodologia; investigação; pesquisa; escrita e revisão do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DO AUTOR:

David Rodrigues Stigger é estudante do curso de mestrado em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP). Possui foco nos temas de estudo/pesquisa sobre: Etnologia, História do Ceará, Guerras indígenas coloniais e Relações internacionais.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.